

Papilomavírus Humano: uma revisão literária sobre o câncer de colo do útero na população carcerária feminina.

Human Papillomavirus: a literary review on cervical cancer in the female prison population.

Carla Calixto Ribeiro¹, Maria Thamyres P. da S. Amador², Wanderlleya Kerollayne da S. Cunha³, Belisa Duarte Ribeiro de Oliveira⁴, Simone Monte Bandeira de Mello Pedrosa⁵.

Sobre o autor:

1. Graduanda do curso de Bacharelado em Fisioterapia pelo Centro Universitário Tabosa de Almeida (ASCES- UNITA) / Caruaru/ Pernambuco/ Brasil.
2. Graduanda do curso de Bacharelado em Fisioterapia pelo Centro Universitário Tabosa de Almeida (ASCES- UNITA) / Caruaru/ Pernambuco/ Brasil.
3. Graduanda do curso de Bacharelado em Fisioterapia pelo Centro Universitário Tabosa de Almeida (ASCES- UNITA) / Caruaru/ Pernambuco/ Brasil.
4. Co-orientadora, Doutora e docente do curso de Bacharelado em Fisioterapia do Centro Universitário Tabosa de Almeida (ASCES- UNITA) / Caruaru/ Pernambuco/ Brasil
5. Orientadora, Mestre e docente do curso de Bacharelado em Fisioterapia do Centro Universitário Tabosa de Almeida (ASCES- UNITA) / Caruaru/ Pernambuco/ Brasil.

Autor para correspondência:

Nome: Simone Monte Bandeira de Mello Pedrosa

Endereço: Avenida Portugal, n. 584, Bairro Universitário, Caruaru-PE CEP: 55016-400

E-mail: simonemonte@asces.edu.br

Título para as páginas do artigo:

Papilomavírus Humano: uma revisão literária sobre o câncer de colo do útero na população carcerária feminina.

Human Papillomavirus: a literary review on cervical cancer in the female prison population.

Carla Calixto Ribeiro, Maria Thamyres P. da S. Amador, Wanderlleya Kerollayne da S. Cunha, Belisa Duarte Ribeiro de Oliveira, Simone Monte Bandeira de Mello Pedrosa.

Resumo:

Introdução: O presente estudo tem por objetivo identificar fatores associados Papilomavírus Humano com o câncer de colo do útero na população de cárceres femininos brasileiro. **Metodologia:** Foi elaborada uma pesquisa de revisão sistematizada da literatura nas bases de dados: PubMed, MEDLINE, SciELO, LILACS, Google Acadêmico e site do órgão governamental, Instituto Nacional de Câncer (INCA) e Livros, publicadas no período de 2008 a 2018. **Resultados:** Inicialmente foram encontrados 62 artigos, que após passar por fases de seleção através do enquadramento nos critérios pré-estabelecidos, que foram trabalhos disponíveis na íntegra, em formato de artigos científico de acesso gratuito, publicados no idioma português, nos últimos 10 anos (2008-2018) e que retrata diagnóstico do câncer, etiologia do câncer, papilomavírus humano, transmissão do vírus e cárceres femininos e foram excluídos produções não relacionadas à temática, teses e dissertações, 32 artigos mostraram-se elegíveis para a realização deste estudo. **Conclusão:** De acordo com a análise do estudo, observou-se que a prática da assistência na saúde não é aplicada de forma igualitária, entre as mulheres reclusas e mulheres livres, com isso estão mais vulneráveis ao vírus, podendo desenvolver a neoplasia.

PALAVRAS-CHAVES: Câncer de colo do útero; Teste de Papanicolau; Saúde da Mulher e Prisões.

ABSTRACT:

Introduction: The present study aims to identify associated factors of Human Papillomavirus with cervical cancer in the Brazilian female prison population. **Methodology:** A systematized literature review was elaborated in the databases: PubMed, MEDLINE, SciELO, LILACS, Google Academic and governmental agency website Instituto Nacional de Câncer (INCA) and Books, published in the period from 2008 to 2018. **Results:** Initially, 62 articles were found, which, after going through the selection phases over the framework of the pre-established criteria, which were available in their entirety, in the format of scientific articles with free access, published in Portuguese, in the last 10 years. (2008-2018) and that portrays cancer diagnosis, cancer etiology, human papillomavirus, female virus transmission and female prison, and production, theses and dissertations that were not related to the theme, were excluded, 32 articles were eligible for this study. **Conclusion:** According to an analysis of this study, it can be considered that the practice of health care is not applied equally, between free women and women prisoners, so with this they are more vulnerable to the virus, being able to develop the neoplasia.

KEYWORDS: Cervical Cancer; Pap Smear; Women's Health and Prisons.

1.INTRODUÇÃO

O Câncer caracteriza-se pela perda do controle da divisão celular de um determinado grupo heterogêneo de patologias, acarretando no surgimento de massas celulares anormais. Devido ao crescimento celular desordenado, autônomo e a infiltração dos tecidos normais, há uma competição do fornecimento metabólico ^[1].

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), a neoplasia do colo do útero ou câncer cervical está localizada na porção interior da vagina (fundo), onde consiste em um tumor que se desenvolve a partir de alterações no colo do útero. Lesões precursoras é a nomenclatura dada a essas alterações e na sua maioria são curáveis, caso não tratadas devidamente, podem futuramente transformar-se em um câncer ^[2].

O Papilomavírus Humano (HPV), membro da família Papillomaviridae, é composto por 100 tipos de vírus, sendo que 50 acometem a mucosa genital que modificam o núcleo da célula. Sendo assim, apresenta uma fita dupla circular de DNA, com 8 mil pares de 50 nanômetro, não envelopado, envolvido por capsídeo icosaédrico de 9 KD. Os genomas do HPV podem-se evidenciar integrados aos cromossomos nas lesões de alto e baixo grau, tornando-se um ponto de partida na transformação oncogênica ^[3,4].

Entretanto, diversos fatores contribuem para o desenvolvimento dessa patologia, entre eles estão: a infecção do HPV; tabagismo; iniciação sexual precoce; uso de contraceptivos orais; baixa ingestão de vitaminas; multiplicidades de parceiros; multiparidade e coinfeção por agentes infecciosos como o Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV) e Chlamydia Trachomatis ^[5].

Estima-se que em países desenvolvidos, o câncer é a segunda principal causa de morte e nos países em desenvolvimento é a terceira ^[6]. A neoplasia do colo do útero é considerada o terceiro tumor mais frequente na população feminina, sendo a quarta causa de morte de mulheres por Câncer no Brasil. Sua incidência e mortalidade são elevadas, entre 5 e 6 mortes por ano, a cada 100 mil mulheres. No Brasil para o ano de 2018, foram esperados cerca de 16.370 novos casos ^[2].

O câncer cervical é causado pela infecção persistente de oncogênicos (tipos do HPV). Assim, a infecção genital por esse vírus é muito frequente, mas nem sempre as patologias são desenvolvidas ^[12]. Em alguns casos, as alterações celulares que poderão evoluir para o câncer, tornam-se presentes. Estas alterações celulares são facilmente descobertas no exame Papanicolau o que facilita o processo de prevenção e cura da patologia ^[7].

Devido à escassez do acesso ao exame citopatológico no sistema prisional e a limitação à informação sobre forma de promoção e prevenção da patologia, aumenta-se a probabilidade de adquirir a neoplasia e não tratá-la entre a população carcerária feminina ^[8].

Em decorrência disso, as mulheres desprovidas de liberdade, encontram-se vulneráveis às doenças infectocontagiosas, devido a sua condição de vida atual, onde o Sistema Prisional Feminino apresenta carência na assistência de profissionais da saúde, que visam melhor qualidade de vida às detentas ^[9].

As condições de vida precária vivenciada pelas mulheres nos cárceres privados femininos, expõe ainda mais as mesmas ao risco de adquirir o câncer cervical. Em virtude dos seguintes fatores que contribuem: sedentarismo; etilismo; má higienização íntima e do ambiente; má alimentação; tabagismo; multiplicidade de parceiros e até mesmo pelo fato delas

negar-se em contribuir para a realização dos devidos cuidados a saúde ou terem dificuldade para serem ouvidas ^[10].

Visto que a neoplasia do colo do útero tem um elevado índice, o presente estudo tem o objetivo de identificar fatores associados ao Papilomavírus Humano e sua relação com o câncer de colo do útero na população carcerária feminina.

2. MATERIAIS e MÉTODOS

O presente trabalho é uma revisão de literatura narrativa e foi realizada no segundo semestre de 2018 a partir das bases de dados on-line: LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde), MEDLINE (Literatura Internacional em Ciências da Saúde), SCIELO (Scientific Electronic Library Online), Google Acadêmico, site da associação governamental (INCA) e Livros.

Foram utilizados os seguintes descritores cadastrados no DeCS: câncer de colo do útero, teste de papanicolau, saúde da mulher e prisões. Estas bases foram acessadas por meio da Biblioteca Virtual em Saúde Pública (BVS) /BIREME/OMS.

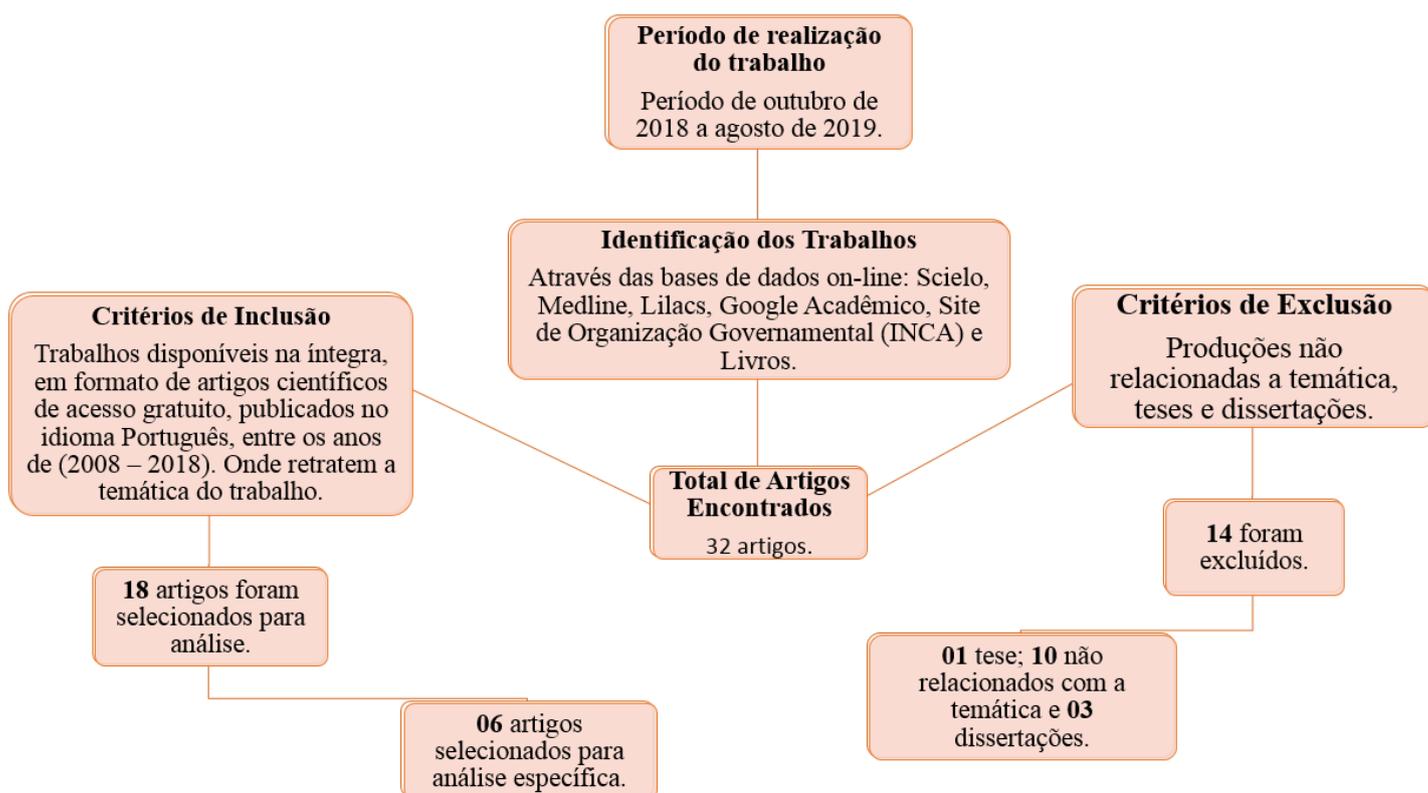
Foram incluídos trabalhos disponíveis na íntegra, gratuitos, publicados no idioma português, nos últimos 10 anos (2008-2018) e que retratassem a abordagem de mulheres (sem restrição de faixa etária) com diagnóstico do câncer de colo de útero e sua relação com o papilomavírus humano, bem como formas de transmissão do vírus e prevalência da doença em cárceres femininos brasileiros. Foram excluídas produções não relacionadas à temática, teses e dissertações.

Foi realizada uma correlação de informações, para saber a influência do câncer de colo do útero em mulheres reclusas, portadoras do Papilomavírus Humano, levando em consideração as condições do cárcere feminino e a escassez na prestação dos exames ginecológicos, que apresenta importância bastante relevante no diagnóstico de patologias destinadas ao órgão genital feminino e na prevenção destas.

3. RESULTADOS

Foram encontrados 10 artigos no SCIELO, 12 artigos no Google Scholar, 6 artigos no MEDLINE e 4 artigos no LILACS. Após excluir os artigos que estavam indexados simultaneamente em mais de uma base de dados, chegou-se ao número de 32 artigos. Após leitura dos títulos e resumos, foi obtido número de 18 artigos. Por fim, após leitura completa dos artigos e aplicação dos critérios de exclusão, finalizou-se a busca, com número total de 6 artigos selecionados para análise específica. O processo de seleção dos estudos é visto no fluxograma a seguir (Fig 1):

Fig. 1 - Fluxograma de captação de artigos para análise



Entre os 6 trabalhos selecionados, os principais resultados são descritos na **tabela 1**.

Tabela 1. Descrição dos autores, anos, título, objetivos e principais resultados dos estudos utilizados nesta revisão da literatura

N	Autor/Ano	Título	Objetivo	Resultados
01	SILVA et al (2017)	Controle do câncer do colo do útero em mulheres privadas de liberdade em Mato Grosso do Sul.	Analisar o controle do câncer de colo do útero às mulheres privadas de liberdade em Mato Grosso do Sul.	<p>-50% das entrevistadas (255 mulheres), disseram ter realizado o exame citopatológico do colo do útero nos estabelecimentos prisionais, e 70 (16,4%) relataram a presença de algum tipo de alteração no resultado. Destas, 12 (4,7% do total) afirmaram ter tido câncer no colo do útero, e 134 (52,5%) referiram desconhecer o resultado. - Das 255 (50,0%) mulheres que não fizeram o exame no estabelecimento prisional, 149 (58,4%) referiram como motivo a falta de oportunidade.</p> <p>-Dos prontuários analisados, 211 (59,9%) não continham o registro de informações sobre o exame. Apenas 129 (36,6%) continham informações, sendo que destes, 110 (85,3%) possuíam registro do resultado, e foram encontrados seis (5,5%) resultados com alterações citológicas.</p> <p>- 41 (11,7%) continham informações sobre o histórico de realização do exame após a privação de liberdade.</p>
02	SOUZA et al (2017)	Prática de educação em saúde no contexto do cárcere feminino na região do cariri	Desenvolver estratégias de aplicabilidade na promoção e prevenção a saúde da mulher encarcerada, na região do Cariri.	Apontam que na unidade prisional não existe uma política de prevenção voltada para a prevenção da mulher, acarretando problemas de saúde e consequentemente um quadro clínico de risco.
03	FRANCO (2015)	As múltiplas punições do sistema	Analisar a problemática do aprisionamento feminino.	Nessa perspectiva, é relevante a contribuição de pesquisas, estudos, e debate em torno dos direitos

		penitenciário sobre a mulher: Liberdade, direitos sexuais e reprodutivos.		humanos, da mulher, visando as políticas de saúde sobre o ponto de vista sexuais e reprodutivos.
04	NÉIA (2015)	A realidade da mulher no sistema prisional brasileiro.	Discutir sobre o sistema prisional feminino no Brasil, passando por toda evolução das penas, desde as discussões do surgimento até a demonstração de como as penas eram utilizadas.	Foram demonstrados os direitos das presidiárias, fazendo comparações com as violações sofridas atualmente, o perfil das mulheres presas e uma sucinta narrativa de um presídio ideal, onde os presos teriam seus direitos e garantias respeitadas, sendo o sistema prisional utilizado como forma de reinserção e reeducação social.
05	ANJOS et al (2013)	Fatores de risco para o câncer de colo do útero em mulheres reclusas.	Identificar os fatores de risco para o desenvolvimento do câncer de colo uterino em mulheres reclusas.	O estudo identificou que as mulheres reclusas constituem peculiaridades específicas que as tornam vulneráveis para o desenvolvimento do CCU. Tais comportamentos são evidenciados pelas seguintes características: o tabagismo, a coitarca precoce, o uso raro do preservativo, a baixa escolaridade e a multiplicidade de parceiros. Esses são aspectos que se configuram como fatores de risco importantes para a aquisição da neoplasia cervical.
06	PORTAL DA SAÚDE -SUS (2019)	Programa de Saúde na penitenciária.	Prestar assistência voltada para saúde na penitenciária feminina.	X

4. DISCUSSÃO

O Sistema Penitenciário apresenta déficit elevado nos direitos humanos, principalmente com relação ao sexo feminino, que são tratadas com indiferença em relação aos homens, pois as principais prioridades são destinadas ao cárcere masculino, ou seja, em aspectos materiais e assistenciais, as mulheres estão em segundo plano, sendo assim os homens acabam tendo mais benefícios em seus atendimentos ^[17,18].

No ano de 2003 foi instituído o Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário (PNSSP) pela portaria nº1. 777. Esse Plano tem por objetivo organizar o sistema de saúde e o processo de regionalização da atenção, que pauta o acréscimo da universalidade, da equidade, da integralidade e da resolubilidade da assistência dessa população. O Plano Nacional de Saúde prevê a inclusão da população penitenciária no SUS, cobrindo para que o direito à cidadania se efetive na perspectiva dos direitos humanos ^[14]. Em seguida, o PNSSP foi remodelado, sendo aprovado na Portaria Interministerial nº1, de 02 de janeiro de 2014, instituída a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdades no Sistema Prisional (PNAISP) ^[15].

Estudos apontam que as mulheres reclusas constituem peculiaridades específicas que as tornam vulneráveis para o desenvolvimento de câncer de colo de útero. Esses comportamentos são evidenciados pelas seguintes características: o tabagismo, relação sexual precoce, o uso raro do preservativo, a baixa escolaridade e a multiplicidade de parceiros. Esses são aspectos que se configuram como fatores de risco importantes para a aquisição da neoplasia cervical ^[11].

Outro fator que se destaca é a não aceitação das segregadas para prática preventiva, que se dá, em sua maioria, pela baixa autoestima, ou a falta de oportunidade de realizar o exame ou não conhecimento sobre a importância desse instrumento para suas vidas. Visto que se torna necessário a intervenção da administração pública, por meios de políticas públicas de saúde e conscientização, visando a compreensão e aceitação das reclusas para essa finalidade ^[16].

A falta da prática do exame Papanicolau nos sistemas prisionais femininos, dá-se pelas condições precárias de habitabilidade nas celas, é notável a má qualidade de vida existente nos presídios, pois existe precarização da assistência médica direcionada às reclusas, de condições de higiene; perigo de doenças contagiosas; além da superlotação dentro do sistema penitenciário ^[16].

A escassez de registro em prontuários, serviços especializados e conhecimentos das mulheres sobre a patologia, demonstra que medidas devem ser discutidas para mecanismo de implementação dos serviços de saúde nos cárceres femininos. Por esse motivo, acaba impossibilitando as mulheres de adquirirem um diagnóstico e, em caso de alterações incumbe de receber as medidas necessárias para tratamento e controle da doença, mostrando que os princípios da PNAISP não são seguidos, que tem como objetivo principal a equidade da população carcerária ^[15].

Torna-se indispensável atenção à promoção de saúde da mulher encarcerada, não apenas pelos riscos apresentados no ambiente prisional, mas pela falta de ações preventivas oferecidas pelo sistema de saúde carcerário, sobretudo, em relação à saúde sexual das mulheres reclusas que ainda são limitadas e, em sua maioria, com isso acabam não fazendo mudanças em suas práticas comportamentais. A implantação de atividades educativas, preventivas e terapêuticas durante o cárcere, contribui para um maior conhecimento desta população carcerária feminina, expondo os riscos presentes no âmbito prisional, decorrente à escassez no

sistema prisional feminino, de forma que conscientize estas detentas a importância dos cuidados para com a saúde da mulher e a realização de forma regular dos meios de prevenção de contaminação do vírus HPV, podendo assim evoluir para a neoplasia do colo uterino e demais patologias que se pode desenvolver através das condições de vida precária e falta de assistência médica ^[11].

Os profissionais de saúde com auxílio das autoridades responsáveis pelos cárceres femininos, precisa direcionar e incluir essa população nas ações sobre câncer de colo de útero, entre outras patologias recorrentes na população feminina, já que as mesmas encontram-se privadas de liberdade social, no entanto, seu direito em relação à saúde deve ser preconizado pelo sistema brasileiro de saúde, prevenindo assim o aparecimento de alterações indesejáveis, que pode ocasionar a neoplasia uterina^[17].

5.CONCLUSÃO

A incidência do Papilomavírus Humano ainda é pouco abordada no cárcere e dá-se pelo fato de haver pouca assistência direcionada à saúde da mulher nessa condição. Estas, com precárias condições de vida, estão expostas a diversos fatores ligados às condições de saúde que podem desencadear o surgimento do câncer de colo uterino.

Destaca-se que os estudos técnicos voltados para a saúde das mulheres reclusas são escassos, o que acarreta em diversas consequências maléficas para o Estado e também para o público supracitado. Deve-se enfatizar a importância das políticas públicas de saúde, para prevenção à exposição de risco da população carcerária feminina, diminuindo assim os custos da máquina estatal com o tratamento das patologias. Intervenções de prevenção e promoção de saúde são necessárias para esta população, não só para diminuição de custos estatais, mas para identificar riscos e promover a saúde e a dignidade dessa população.

6.REFERÊNCIAS

1. Brateibach, V. et al. Sintomas de pacientes em tratamento oncológico. Revista Ciência & Saúde, v. 6, n. 2, p. 102-9, 2013.
2. Instituto nacional do câncer. Câncer do colo do útero. Brasil 2017 [acesso em 15 de maio de 2018]. Disponível em: <<http://www2.inca.gov.br/wps/wsm/connect/tiposdecancer/site/home/coloutero/definicao>> Acesso em: 15 de maio de 2018.
3. Rodrigues, et.al. Câncer de colo uterino: conhecimento e comportamento de mulheres para prevenção, 2015.
4. Souza, M. J. S. Assistência à saúde da mulher apenada: Uma revisão integrativa da literatura, 2014.
5. Rodrigues, B.C. et al. Educação em saúde para a prevenção do câncer cérvico-uterino, 2012.
6. Instituto nacional do câncer. Câncer do colo do útero. Brasil 2016 [acesso em 23 de maio de 2018]. Disponível em:<https://www.inca.gov.br/tipos-de-cancer/cancer-do-colo-do-utero> .
7. Instituto nacional do câncer. Câncer do colo do útero. Brasil 2018 [acesso em 04 de abril de 2018]. Disponível em:<https://www.inca.gov.br/tipos-de-cancer/cancer-do-colo-do-utero>.
8. Estela, M. Neoplasia de colo do útero e seus fatores de risco: revisão integrativa. Revista saúde e desenvolvimento, v.06, n.3, p.139-142, julho/dezembro, 2014.
9. Mourão, L. F. et al. Promoção da Saúde de Mulheres Encarceradas: um Relato de Experiência. SANARE-Revista de Políticas Públicas, v. 14, n. 1, 2015.
10. Vieira, D.O. et al.Papiloma vírus humano: Uma abordagem sobre prevenção e assistência, 2018.
11. Anjos,S.B. et al. Fatores de risco para câncer de colo do útero em mulheres reclusas. Revista Brasileira de Enfermagem, p.508-513, vol.66, 2013.
12. Focchi, J. et al. Câncer do colo do útero. 1. ed. São Paulo: Tecmedd, v.1, p. 58- 66, 2008.
13. Lindemberger, A. et al. Aspectos imunológicos da infecção pelo vírus do papilomavírus humano (HPV). Semina: Ciências biológicas e da saúde, v.33, n.1, p. 111-122, 2012.
14. Portal da saúde SUS, Ministério da Saúde. Programa de saúde na penitenciária[acesso em 26 de maio de 2019]. Disponível em:http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/plano_nacional_saude_sistema_penitenciaro2ed.pdf.
15. Silva, E. R. et al. Controle do câncer do colo do útero em mulheres privadas de liberdade em Mato Grosso do Sul, 2017.
16. Souza, M.M et al. Prática de educação em saúde no contexto do cárcere feminino na região do Cariri, 2017.

17. Franco, N.A. As múltiplas punições do sistema penitenciário sobre a mulher: liberdade, direitos sexuais e reprodutivos, 2015.
18. Neia, P. C. A realidade da mulher no sistema prisional brasileiro, 2015.